

Ricardo Lucas Calderón

Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Pós-graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Professor dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas - FGV/ISAE. Coordenador da especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Professor dos cursos de Graduação da UNIBRASIL. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Direito Civil "Virada de Copérnico", vinculado ao PPGD-UFPR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFam. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Advogado em Curitiba.

Princípio da Afetividade no Direito de Família

Prefácio: Prof. Luiz Edson Fachin

RENOVAR
Rio de Janeiro
2013

abdr 
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE DIREITO DE
FAMÍLIA

Respeite o direito autoral!

Todos os direitos reservados à
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
FILIAL RJ: Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962

www.editorarenovar.com.br

SAC: 0800-221863

© 2013 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)
Antonio Celso Alves Pereira
Caio Tácito (*in memoriam*)
Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)
Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)
Gustavo Binenbojm
Gustavo Tepedino
Lauro Gama
Luís Roberto Barroso
Luiz Edson Fachin
Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.
Manoel Vargas
Nadia de Araujo **48**
Nelson Eizirik
Ricardo Lobo Torres
Ricardo Pereira Lira
Sergio Campinho

Revisão Gráfica: do autor

Capa: Sheila Neves

Editoração Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C184p Calderón, Ricardo Lucas
Princípio da afetividade no direito de família / Ricardo Lucas Calderón. —
Rio de Janeiro: Renovar, 2013.
438p. ; 23cm.
ISBN 978-85-7147-846-6
Inclui bibliografia.
1. Direito de família — Brasil. I. Título.

CDD-346.81052

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I — POR UM DIREITO DAS FAMÍLIAS PARA ALÉM DOS CÓDIGOS.....	7
CAPÍTULO I — RELAÇÕES FAMILIARES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	9
Seção I. Um mosaico de relações que clama por reconhecimento.....	9
Seção II. Vicissitudes do Direito na tutela da família	16
Seção III. A sociedade complexa e fluida da contemporaneidade	25
Seção IV. Relacionamentos familiares em tempos de modernidade líquida.....	35
CAPÍTULO II — A RACIONALIDADE DA ESTRUTURA JURÍDICA BRASILEIRA	45
Seção I. Mentalidade orientadora do advento da modernidade	45
Seção II. Matrizes estruturantes do projeto jurídico moderno.....	51
Seção III. O legado da doutrina positivista do Direito	66
Seção IV. A busca pela superação do formalismo e reaproximação do Direito com a realidade.....	74
CAPÍTULO III — CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	83
Seção I. Fim da dicotomia público-privado e o fenômeno da constitucionalização	83
Seção II. Da subsidiariedade dos princípios gerais do direito ao papel central conferido aos princípios jurídicos	102
Seção III. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações interprivadas.....	123

Seção IV. Reflexos dos novos aportes teóricos no cenário brasileiro pós-Constituição de 1988	139
--	-----

CAPÍTULO IV — METODOLOGIA INTERPRETATIVA DO DIREITO CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE..... 151

Seção I. Reconhecimento das diversas formas de expressão do Direito	151
Seção II. Hermenêutica tópico-sistemática com prevalência da Constituição	158
Seção III. Repersonalização do direito civil	176
Seção IV. A doutrina do direito civil-constitucional	180

PARTE II — RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS SITUAÇÕES EXISTENCIAIS AFETIVAS 191 |

CAPÍTULO V — AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES 193

Seção I. Reconhecimento da subjetividade e da afetividade nas relações interpessoais	193
Seção II. Da margem ao centro: a afetividade como vetor dos relacionamentos familiares contemporâneos	205
Seção III. Assimilação da afetividade pela doutrina brasileira de direito de família.....	212

CAPÍTULO VI — A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA AFETIVIDADE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO 227 |

Seção I. O Sistema Clássico do Código Civil brasileiro de 1916 e a subjetividade adelgada	227
Seção II. A novel orientação da Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento implícito da afetividade.....	235
Seção III. A opção do Código Civil brasileiro de 2002	243

CAPÍTULO VII — O “STATUS” DE PRINCÍPIO: POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA JURÍDICA 255 |

Seção I. A afetividade presente nas diversas alterações recentes da legislação brasileira.....	255
Seção II. A crescente aceitação jurisprudencial e doutrinária da afetividade.....	265
Seção III. Limites e possibilidades: problematizando os contornos e o substrato do princípio jurídico da afetividade	301

Seção IV. Projeção possível: a temática do *Abandono Afetivo* a partir
do entendimento do Superior Tribunal de Justiça 328

CONCLUSÃO 397

REFERÊNCIAS 405